Entre o moderno e a tradição: a demolição do Palácio Monroe e as perspectivas de preservação do patrimônio histórico e artístico (1960-1976)

Lucas de Souza Avelar¹

DOI 10.20396/eha.vi14.3329

Na década de 1970, a longa trajetória do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, era mobilizada pelos intelectuais envolvidos com as práticas de preservação para conferir ao edifício o status de patrimônio histórico e artístico nacional, o que garantiria sua conservação. Apesar da importância que o Palácio alcançou na missão de que foi incumbido no início do século, a de exaltar a república brasileira como espaço aberto para investimentos, o significado atribuído a ele, mesmo como sede do Senado Federal no então Distrito Federal, teria sido ignorado por determinados agentes sociais.

Não seria um equívoco afirmar que a transferência da Capital para Brasília inicia o esvaziamento de sentidos do Palácio Monroe e seu declínio. Ao longo da década de 1960, o Palácio vai sediar o Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil (EMFA), além de um núcleo representativo do Senado no Rio de Janeiro – o “Senadinho” – que indicava a difícil transição pela qual passava a cidade como ex-capital. Em fevereiro de 1976, Feliciano Moraes, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, publicava na sessão de Cartas dos Leitores do periódico *Jornal do Brasil* sua indignação com a demolição do Palácio, que já iniciada em janeiro. O leitor afirmava que o “tombo da picareta falou mais alto do que o outro, o homo-antônimo [sic], o tombo da Arte e da História, o da preservação”².

A destruição se sucedeu a uma tentativa bem articulada, entre diversos grupos de prestígio social e instituições de renome, de tombar o Palácio como patrimônio histórico e artístico nacional. O Processo de Tombamento nº 860-T-72 do IPHAN sugeria a preservação e conservação do conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco que caracterizava o Rio de Janeiro como cidade-capital da modernidade no início do século: a Escola Nacional de Belas Artes, o Tribunal de Justiça, a Biblioteca Nacional, o Derby Clube, o Jockey Clube, o Clube Naval, o Teatro Municipal, a Câmara dos Vereadores, o Edifício da Antiga Caixa de Amortização e o Palácio Monroe, além da própria Avenida e o obelisco que assinalava sua inauguração em 1905. O exame desse conjunto de documentos, na

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² *Jornal do Brasil*, 5 fev. 1976.

medida em que nos alinhamos à perspectiva de Maria Cecília Londres Fonseca quanto aos processos de tombamento a partir da década de 1960, nos leva a admiti-los como “verdadeiros dossiês, a que são anexados não apenas os documentos oficiais (...) como todo material que diga respeito ao processo”³.

O Processo foi protocolado no IPHAN por solicitação do Clube de Engenharia e da manifestação de apoio ao tombamento do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). A principal motivação para a solicitação era a ameaça ao valor histórico do conjunto pela construção de um arranha-céu na sede do Jôquei Clube. A especulação imobiliária e a inovação urbana tornavam-se, cada vez mais, alvo de preocupação geral entre os órgãos de preservação do Patrimônio, provocando novas discussões quanto aos limites para o convívio entre o novo e o velho no espaço urbano. Considerando o conjunto arquitetônico uma unidade de testemunho histórico, o tombamento deveria abranger todos os edifícios mencionados acima, no intuito de evitar a descaracterização do tempo histórico a ser rememorado. Contudo, apesar de o conjunto ter sido, em parte, tombado e protegido pelo órgão de preservação nacional, o Monroe e o obelisco não o foram.

Sendo parte do próprio conjunto a ser tombado, que dialoga com o cotidiano dos habitantes da cidade, estabelecendo vínculos de pertencimento e reconhecimento, o Palácio Monroe poderia ser considerado não menos do que um lugar de memória⁴. Mas o que sucede é sua demolição em janeiro de 1976. As políticas de preservação patrimonial no Brasil já haviam sido adaptadas algumas vezes ao longo das décadas subsequentes à inauguração do SPHAN. Todavia, tudo indica que, apesar da dimensão discursiva já ter consolidado a noção de conjunto ou sítio urbano como monumento histórico, passível de preservação⁵, a dimensão prática, como sempre, precisou lidar com um lapso temporal para o fazer.

A Carta de Veneza, elaborada em 1964 no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em seu primeiro Artigo, havia definido como monumento histórico, “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”⁶. Este enunciado cumpria a função de estimular uma prática patrimonial comum no plano internacional, ainda que

3 FONSECA, 2017, p. 194.

4 Pierre Nora desenvolveu considerações acerca deste conceito, na medida em que tentava encontrar aproximações e divergências entre memória e História. A singularidade dos lugares de memória, segundo Nora, está na mistura entre a vontade de memória e a agência do tempo e da História. Cf. NORA, 1993.

5 ICOMOS. *Carta de Veneza*, 1964, p. 1.

6 *Idem*, p. 1.

respeitando as singularidades de cada contexto cultural nacional para a aplicabilidade destas premissas.

A Carta admitia, ainda, que a finalidade da conservação de um determinado conjunto urbano ou construção isolada deveria ser “salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico”⁷. A transferência da Capital para Brasília e a posterior extinção do núcleo representativo do Senado no Rio de Janeiro tornam o Palácio Monroe um incômodo entre arquitetos, engenheiros e os grupos preservacionistas da década de 1970. O futuro da edificação, já desfigurada pelas obras do metrô, seria decidido nas acirradas discussões entre membros do IPHAN e de outras instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Escola de Nacional Belas Artes.

Entre os técnicos e especialistas contrários à preservação do Monroe como patrimônio histórico e artístico nacional, em 1972, estava Lygia Martins Costa, chefe da Sessão de Artes do IPHAN, segundo a qual o Palácio Monroe, assim como o obelisco que inaugurara a Avenida Central no início do século, “no contexto dos novos gabaritos, perderam escala e reduziram-se a elementos inexpressivos”⁸. A museóloga, no parecer enviado ao diretor do órgão, Renato Soeiro, faz uma análise de cada construção individualmente, alegando que não haveria porque dar prosseguimento à preservação. Argumenta, ainda, que a importância histórica do conjunto – que, para ela, há tempos não representava unidade alguma – dizia respeito somente ao Rio de Janeiro e, portanto, seu tombamento seria competência do Serviço de Patrimônio da Guanabara e não do IPHAN.

Os argumentos de Lygia Martins Costa são rebatidos por Paulo Santos, conselheiro do IPHAN, que salienta a importância do testemunho histórico do conjunto arquitetônico em questão não só para a cidade do Rio, mas para toda a nação. Além disso, a ideia de que a incumbência de preservar, ou não, era estadual e não federal, facilmente rejeitada, portanto, quando o conselheiro relembra diversos casos de tombamento, por parte do IPHAN, de monumentos na cidade do Rio. De acordo com Santos, o conjunto mantinha viva a lembrança de um Rio de Janeiro da *Belle-Époque*⁹.

A demolição do Palácio Monroe acontece quatro anos mais tarde na contramão do argumento de valor histórico defendido por Paulo Santos. Para Regina da Luz Moreira, destaca-se o fato de o Palácio ter sido construído com estrutura metálica, especificamente para permitir sua desmontagem e posterior edificação na capital. Tal peculiaridade, ao invés de mantê-lo erguido sob a alegação da originalidade para a época de sua construção, teria sido ignorada entre os que preferiam a

7 *Idem*, p. 2.

8 IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume I)*, p. 24.

9 *Idem*, p. 17.

demolição, pelo desagrado que causou entre os defensores da nova arquitetura moderna¹⁰. Nota-se que seu arrasamento se inscreve no debate sobre os valores que devem, ou não, ser preservados como a imagem da nação brasileira. O que se torna central nesta disputa narrativa são, de um lado, os valores artísticos e arquitetônicos representados por determinadas características da construção – sua adequação, ou não, às finalidades que lhe são atribuídas; seu estilo; materiais empregados em sua edificação –, enquanto, de outro, as dimensões do simbolismo e do testemunho histórico que acabam preteridas, indicando certa descontinuidade na política preservacionista. Para Maria Cecília Londres Fonseca, o posicionamento de Paulo Santos, neste momento, é pelo valor histórico do conjunto¹¹.

A decisão pela demolição e não pela preservação implica a formulação ou a adoção de noções do que pode ser considerado histórico e artístico e, especialmente, cultural, à época. O desmonte do Monroe relaciona-se aos novos rumos da “moda” urbana, aos modelos arquitetônicos consagrados pelos órgãos de preservação patrimonial e, evidentemente, à especulação imobiliária. Esta, na verdade, era a grande pedra no sapato dos adeptos da conservação. Maria Cecília Londres Fonseca, ao examinar a trajetória dos processos de patrimonialização no Brasil, que se deram a partir da década de 1930 com o projeto centralizador de Estado, faz um balanço das políticas preservacionistas entre as décadas de 1960 e 1980, assinalando o problema da especulação imobiliária, tão presente no caso Monroe. Era uma dificuldade para o próprio IPHAN lidar com o rápido crescimento urbano herdado do desenvolvimentismo dos anos 50. De acordo com ela, pode-se observar a falência do modelo de atuação do antigo SPHAN ao longo de suas três primeiras décadas, de caráter marcadamente cultural, diante do novo modelo econômico desenvolvimentista¹².

Se considerarmos que este modelo econômico, adotado a partir da década de 1950, sobretudo durante o governo de Juscelino Kubitschek foi determinante para o fortalecimento da especulação imobiliária e para a modernização dos centros urbanos em constante crescimento, compreendemos a divergência entre os arquitetos e os especialistas do IPHAN quanto à preservação do Palácio Monroe, muitas vezes classificado como “trambolho”, uma vez que prejudicava o trânsito e ocupava um espaço de grande valor especulativo da cidade. O patrimônio só poderia ser preservado concomitantemente à inovação urbana.

Além disso, na qualidade de construção eclética, o Palácio só poderia ser tombado se fosse

10 MOREIRA, 2007, p. 235.

11 FONSECA, *op. cit.*, p. 204-205.

12 FONSECA, *op. cit.*, p. 150.

concebido como patrimônio artístico, representativo de uma das fases da arquitetura nacional – pois este era o valor em xeque e não o histórico. A consideração do valor artístico, contudo, a partir dos anos 1970, já demonstrava sofrer redefinições, pela emergência de novas perspectivas quanto ao valor histórico que, nas décadas anteriores, apenas servia aos bens sem qualidade estética¹³. Mas, no caso do Palácio Monroe, nem mesmo a Carta de Veneza ou a lei Malraux, fundamentadas em critérios essencialmente históricos, foram capazes de favorecer sua conservação¹⁴, diante da acelerada renovação urbana e da especulação imobiliária. A análise do Processo de Tombamento 860-T-72, especialmente no que se refere ao Monroe, leva-nos a concluir que a disputa de narrativas, presente nos pareceres dos agentes organicamente envolvidos com o Estado e com as práticas de preservação do patrimônio, constituía-se como um confronto entre os valores relacionados à História da Arte e/ou à História Política e os da Arquitetura, com seus princípios norteadores do que definiria uma estética moderna e uma “boa arquitetura”; essas diretrizes, de acordo com Lúcio Costa, deslegitimavam o ecletismo. O argumento histórico, a favor, e o argumento estilístico, contra, sobressaem nesse trecho de matéria publicada na *Tribuna da Imprensa*, em agosto de 1974:

O senador Paulo Torres fez o possível e o que estava a seu alcance para impedir a demolição do antigo Palácio, cuja inauguração foi realizada em 1903. Argumentou o presidente do Congresso **que o prédio merecia ser preservado, não propriamente pela sua apresentação exterior, que realmente não representa nenhum estágio da engenharia mundial, mas pelo que significa para a vida republicana do País, como um todo.**¹⁵

Enquanto, por um lado, alguns defensores do tombamento acreditavam que o testemunho histórico prevalecia frente às extensas intervenções sofridas pela edificação ao longo de seus usos no tempo, outros sustentavam que não havia sentido em preservá-la, em razão dessas mesmas mutilações. Paulo Santos, o arquiteto que se posicionara pela preservação do edifício, após o pronunciamento de Lúcio Costa, muda de opinião sobre o caso. Já no documento que redigiu contendo informações sobre os debates acerca do Monroe, anexado ao parecer do Presidente do IHGB, Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Paulo Santos demonstra-se favorável à demolição. O arquiteto justifica sua nova opinião, já manifestada anteriormente em resposta a Lúcio Costa, como conselheiro do IPHAN, argumentando a inviabilidade de se executar a restauração do Palácio Mon-

13 FONSECA, *op. cit.*, p. 206-207.

14 A noção de “conservação” é mobilizada, aqui, em sua concepção mais ampliada que, a partir dos anos 1960, abraça a inevitabilidade da mudança e a necessidade de sua gestão e não pretende mais a petrificação do bem, como bem o fazia o conceito de preservação. Cf. CASTRIOTA, 2007, p. 18.

15 *Tribuna da Imprensa*. 6 ago. 1974. Grifo nosso.

roe, uma vez que custaria mais do que se estaria disposto a pagar. Além disso, segundo o arquiteto, a reforma seria justificável se o edifício tivesse um valor artístico excepcional, o que, segundo ele, não era o caso. Isto comprova que, mais uma vez, o valor histórico não teria sido suficientemente considerado nas decisões desses especialistas que pareciam priorizar a estética urbana e os princípios norteadores da Arquitetura para decidir pelo tombamento¹⁶.

Assim como Paulo Santos, Lygia Martins Costa, chefe da Seção de Artes do IPHAN, manifestava seu posicionamento semelhante quanto aos valores artísticos pouco visíveis do Palácio, o que justificaria, para ela, sua demolição. Lygia Martins, assim como Lúcio Costa, defendia o “desafogo da área” com a retirada do Monroe, que destoava da ambientação arquitetônica na qual estava situado¹⁷. A perda do gabarito também era um argumento, já que a especulação imobiliária fizera surgir na Avenida Rio Branco arranha-céus muito mais altos do que o Monroe. Todavia, isto não justificava a demolição, já que o prédio da Escola Nacional de Belas Artes e o Teatro Municipal, bem como muitos outros propostos ao tombamento, também não combinavam com o novo gabarito, embora significassem, do ponto de vista simbólico, testemunhos históricos.

A luta de representações pela perspectiva de preservação do patrimônio nacional não se encerrava nos discursos de Lygia Martins, Paulo Santos e Lúcio Costa. O professor Trajano Garcia Quinhões, diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), em entrevistas concedidas a diversos periódicos do Rio de Janeiro, insistia que não seria permitida nenhuma modificação no espaço compreendido entre Palácio Monroe e o Teatro Municipal que, segundo ele, era “área de ambiência e preservação locais”. O professor defendia que não havia fundamento para se cogitar a demolição do Monroe, indicando que as obras do metrô, muitas vezes acusadas como causadoras da demolição, procuraram preservar a estrutura do Palácio ao resguardar as escadarias em seu interior durante as escavações¹⁸.

“Monumento do passado e relíquia do presente”¹⁹, a antiga sede do Senado Federal sofreu inúmeros ataques por parte da campanha inclemente do jornal *O Globo* que, atendendo a uma solitação do próprio Presidente da República e do Ministro da Justiça, Armando Falcão²⁰, empenhava-se em tornar a edificação sem sentido. Fernando Atique, em artigo publicado em 2011, afirma que

16 IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume II)*. Rio de Janeiro, 1972.

17 IPHAN. *Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volume I)*. Rio de Janeiro, 1972.

18 *Tribuna da Imprensa*. Patrimônio garante que Palácio Monroe continua. 10 jul. 1974.

19 *Tribuna da Imprensa*. O fato político. Rio de Janeiro, 24 jun. 1974.

20 ARQUIVO ERNESTO GEISEL. *Documentos referentes ao Ministério da Justiça, principalmente despachos do ministro Armando Falcão com o presidente Ernesto Geisel*. 09 jul. 1974.

a dimensão alcançada pela campanha pró-Monroe é ainda mais evidente nos jornais concorrentes d'*O Globo*²¹.

É interessante notar que esta luta de representações é muito própria à gestão de Renato Soeiro, como Diretor do IPHAN. Sua administração, muitas vezes considerada uma transição entre uma fase e outra do órgão, caracterizou-se pelas discordâncias internas quanto à preservação de determinados bens ou não. Mesmo a Carta de Veneza tendo sido assinada em 1964, as implicações de se tomar determinado conjunto urbano ultrapassavam os limites do IPHAN e eram determinadas, também, por fatores externos à instituição. Preservar ou não o Palácio Monroe demonstrava ser uma decisão, para além do IPHAN, sujeita à interferência de outros agentes como o próprio General-Presidente Geisel, ou Lúcio Costa.

A morte, em 1969, de Rodrigo Mello Franco de Andrade, que presidiu o IPHAN desde sua fundação, em 1937, até 1968, juntamente com a permanência de Lúcio Costa como expoente da Arquitetura Brasileira, reconhecido internacionalmente, nos debates de preservação patrimonial, tornaram a administração subsequente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a de Renato Soeiro, “desamparada, frente à prepotência de autoritarismo e do falso milagre econômico, (...) aliados à cobiça imobiliária sem limites, e à especulação financeira, já sem a máscara do desenvolvimentismo dos anos 50 e 60”²². Maria Cecília Londres Fonseca sustenta que o período entre as décadas de 1970 e 1980 pode ser compreendido como um tempo de transição, ressaltando as divergências entre concepções de preservação no interior do órgão²³.

É necessário salientar que não eram todos os setores da elite intelectual envolvida com a preservação da memória que defendiam a valorização dos aspectos artísticos e arquitetônicos, em detrimento da noção de conjunto e de testemunho histórico. Por outro lado, os discursos que expressavam esta centralidade da estética e da inovação urbana tiveram respaldo no próprio Poder Executivo: aliados à intenção de Ernesto Geisel de esvaziar os sentidos do Rio de Janeiro e de consolidar Brasília como capital do país, em todos os sentidos, inclusive o simbólico, os agentes sociais que advogavam a demolição do Monroe alcançaram certa hegemonia narrativa neste processo. Vale ressaltar, ainda, que os defensores da “boa arquitetura”, herdeira da tradição, autêntica, sóbria e moderna, não perdoaram as reformas e “mutações” sofridas pelo Palácio Monroe. De acordo com Márcia Chuva, os reparos executados em um imóvel, ao longo do tempo, eram considerados

21 ATIQUE, 2011, p. 11.

22 CAMPOFIORITO, 1985. Apud. MOREIRA, *op. cit.*, p. 249.

23 FONSECA, *op. cit.*, p. 224.

uma “má intervenção” nas qualidades do patrimônio²⁴.

Os modernistas venciam, portanto, esta luta de representações. Estimulavam uma prática de preservação do patrimônio na qual os valores da “boa arquitetura”, sempre universais e a-históricos, estavam acima dos valores do testemunho histórico. Se o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional esteve sempre envolvido com a construção de uma imagem nacional, esta luta de representações expressa na dissonância entre intelectuais articulados naquela e em outras instituições de renome, como a Escola de Nacional Belas Artes e o IHGB, torna-se parte de uma disputa muito mais ampla entre narrativas identitárias. A decisão acerca do que deve ser preservado como Patrimônio brasileiro passa pelo crivo de apagamentos irrecuperáveis, como foi o caso do Monroe.

24 CHUVA, 2017, p. 380.

Fontes

ARQUIVO ERNESTO GEISEL. Documentos referentes ao Ministério da Justiça, principalmente despachos do ministro Armando Falcão com o presidente Ernesto Geisel. 09 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal>>. Acesso em: 21 set. 2019.

ICOMOS. Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, 1964. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

IPHAN. Processo de Tombamento nº860-T-72 (Volumes I, II e III). Rio de Janeiro, 1972.

IPHAN. Inventário RJ 264/3/01. Palácio Monroe: Histórico e descrição do bem. Rio de Janeiro, 1972.

Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa, Jornal do Commercio (1970-1980). Disponíveis em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

Referências Bibliográficas

ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (oficialmente) rejeitado: a destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais... São Paulo, ANPUH-SP, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. Fórum Patrimônio: Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez., 2007. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/59>.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. 2.ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. TOPOI, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003. Disponível em: <<http://revistatopoi.org/site/numeros-anteriores/topoi7/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

_____. Os arquitetos da memória. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

MOREIRA, Regina da Luz. O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). Direitos e Cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 1993.